

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.205 - SC (2019/0302104-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
VANESSA MORITZ LUZ - MT023305B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JOELSO JOSE MORRIESEN JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

O paciente – condenado a 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime fechado, mais multa, pela prática do delito de tráfico de drogas – alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão do Tribunal *a quo* que manteve a imposição do modo mais gravoso para cumprimento da pena.

Busca a defesa a fixação do regime semiaberto.

O pedido liminar não comporta acolhimento.

Com efeito, convém anotar que o regime inicial de cumprimento da sanção reclusiva – matéria restrita ao âmbito de certa discricionariedade do magistrado e regulada pelos critérios da razoabilidade e proporcionalidade – demanda o exame mais acurado dos autos, providência inadequada para este momento processual.

Desse modo, como o provimento liminar confunde-se com o próprio mérito do *mandamus*, porquanto dotado de caráter satisfativo, deve ser analisado em momento oportuno, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações complementares ao Juízo de primeira instância, via malote digital.

Em seguida, abra-se vista dos autos ao Ministério Público

Superior Tribunal de Justiça

Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

